USOS E REGRAS DA LINGUAGEM: O PAPEL DA GRAMÁTICA NA FILOSOFIA TARDIA DE LUDWIG WITTGENSTEIN

LANGUAGE USES AND RULES: THE ROLE OF GRAMMAR IN THE LATE LUDWIG WITTGENSTEIN'S PHYOLOSOPHY

Sebastião Alonso Júnior¹

Resumo: Nesta pesquisa, discutiremos conceitos centrais para a constituição da natureza da necessidade gramatical, a saber, a noção de usos da linguagem e de seguimento de uma regra. Aqui ressaltaremos pontos relevantes da estratégia de Wittgenstein ao abordar o problema da determinação de uma regra e de como uma regra pode determinar um modo correto de agir. As noções de usos e regras são usadas de algum modo por Wittgenstein para constituir a natureza da necessidade gramatical pertinente ao pensamento maduro do filósofo. Além disso, essas idéias são fundamentais para uma aproximação mais adequada e segura dos jogos de linguagem. A abordagem dessas noções representa um grande desafio para qualquer estudioso da filosofia de Wittgenstein, justamente pela imprecisão – se não ausência – de limites que ele lhes impõe.

Palavras-chave: Usos. Regras. Wittgenstein. Formas de vida

Abstract: In this research, we will discuss fundamental concepts for the constitution of the grammatical necessity nature, that is, notions of using a language and following a rule. We will emphasize Wittgenstein's relevant strategic points with respect to a specific problem: how to determine a rule and how it may determine a correct way of acting. Notions of uses and rules are used somehow by Wittgenstein to build the nature of the grammatical necessity pertinent to the philosopher's mature thought. Moreover, these thoughts are basics for a more appropriate and secure approach of the language-games notion. The approach of these notions represents a great challenge to any theoretician of Wittgenstein's philosophy, exactly for its inaccuracy but rather absence of boundaries.

Key words: Uses. Rules. Wittgenstein. Forms of life.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás. Professor na Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Itaberaí. E-mail: junioralonso@uol.com.br.

1 Introdução

A filosofia de Wittgenstein é obra de um dos pensadores mais originais e profundos do século XX, diversa, sob muitos prismas, do trabalho de outros filósofos, anteriores e contemporâneos. Várias gerações de filósofos deveram às reflexões de Wittgenstein tanto as questões sobre as quais se ocuparam, quanto ao modo de tratá-las. Ele é, com certeza, o nome mais emblemático e significativo da filosofia analítica, concepção que acredita que os problemas filosóficos podem ser resolvidos através de uma análise da linguagem, isto é, pela tentativa de esclarecimento das expressões lingüísticas e questões relativas à significação, à referência ou à verdade.

No início do século XX, os trabalhos de Bertrand Russell e G. E. Moore realizados em Cambridge têm influência direta sobre a nova concepção de filosofia que se desenhava. A filosofia não é mais encarada como o estudo direto do pensamento e das ideias. Ela agora poderia ser vista como um estudo feito através do exame da linguagem. Além de Cambridge, Viena transforma-se no segundo centro em que a filosofia analítica encontra terreno fértil a partir de 1920. Wittgenstein tem um papel de destaque neste período ao adotar um novo método e trazer contribuições notáveis para o seu aperfeiçoamento, especialmente no segundo período² de seu pensamento.

Nesse sentido, as abordagens feitas no presente artigo se reportarão sempre a ideias expressas no texto que melhor caracteriza o pensamento maduro de Wittgenstein, a saber, as *Investigações Filosóficas*. O tema central dessa importante obra da filosofia analítica é a natureza da linguagem e os significados lingüísticos. Seu estilo é um tanto descontraído, com uma linguagem mais coloquial e com argumentos que surgem de uma multidão de questões e insinuações persuasivas.

Nas *Investigações* há uma visão de linguagem mais atualizada e repleta de exemplos. A linguagem é abordada sob um polimórfico leque de possibilidades e convenções que não podem ser facilmente classificadas no interior de nossas práticas lingüísticas. A língua é parte da vida

² A segunda filosofia de Ludwig Wittgenstein é marcada pela ruptura com noções centrais defendidas no *Tractatus Lógico-Philosophicus*, publicado em 1921. A segunda fase é decorrente de uma nova forma de abordar a linguagem e a própria filosofia. Essas mudanças começam a se desenvolver após 1929, quando o filósofo retorna a Cambridge e culminam com o texto das *Investigações Filosóficas*, publicado em 1953.

humana e deveria ser examinada nesse contexto, com todas as suas complexidades de forma e função.

A originalidade do pensamento de Wittgenstein não decorre unicamente do fato de ter tentado um recomeço absoluto de sua filosofia, adotando uma abordagem radicalmente nova dos problemas filosóficos tradicionais. Outro fator que também contribui para essa forma original de pensar é a maneira heterodoxa de conceber e de praticar filosofia; na sua convicção de que as questões filosóficas não podiam se resolver na teoria, devendo desfazer-se na prática.

É preciso buscar por um trabalho de clarificação da linguagem, e das grandes doutrinas filosóficas contaminadas pelo uso perverso e incorreto que fazemos da nossa linguagem. Diante disso, o nosso interesse se intensifica justamente pela necessidade de explorar melhor temas como o do papel ou necessidade gramatical das regras e usos na segunda filosofia de Wittgenstein, bem como suas implicações na multiplicidade dos jogos de linguagem.

As noções de usos e regras são usadas de algum modo pelo filósofo, para constituir a natureza da necessidade gramatical de sua filosofia madura. Além disso, essas ideias são fundamentais para uma aproximação mais adequada e segura dos jogos de linguagem. Todavia, neste texto nos deteremos na exploração das mencionadas teses. A abordagem dessas ideias representa um grande desafio para qualquer estudioso da filosofia de Wittgenstein, justamente pela falta de fronteiras claramente demarcadas entre tais noções.

Dessa forma, com Wittgenstein há uma ruptura com a tradição filosófica predominante que considerava a linguagem como o meio pelo qual se descreve o mundo ou se interpreta a realidade. Conforme está expresso nos argumentos que apresentaremos adiante, a linguagem, consoante com ideias do Wittgenstein maduro, envolve o modo por excelência de agirmos no mundo. A linguagem é uma prática humana e, como tal, não deve ser entendida fora do contexto das atividades humanas não lingüísticas. Além disso, a natureza da necessidade gramatical não pode ser constituída fora dos modos de usar a linguagem, segundo regras em nossas práticas mais cotidianas.

2 Usos e regras: do jogo de xadrez ao jogo de linguagem

Inicialmente Wittgenstein compara a linguagem com um cálculo e a fala ou a escrita com a realização desse cálculo. Na seção 81 das *Investigações Filosóficas*, afirma que "o que

pode nos levar (e que me levou) a pensar que quem pronuncia a frase lhe dá significação (*meint*) ou a compreende, realiza com isto um cálculo segundo regras determinadas" (WITTGENSTEIN, 1996, p. 57). Mas esta visão que foi sustentada por ele logo se mostra equivocada.

Ressaltamos que uma das características freqüentemente mencionada da segunda filosofia de Wittgenstein é a comparação entre uma atividade lingüística e um jogo de xadrez, seguindo regras pré-estabelecidas. Compara, também, palavras com peças do xadrez, explicação de palavras com as regras do xadrez e o significado das palavras com as possibilidades de movimento das peças. É nesse contexto que a ideia de "jogos de linguagem" é abordada: fazer uso de expressões é estar engajado com um jogo de linguagem cuja estrutura é dada por um grupo de regras (QUINTON, 1968, p. 5-20; STRAWSON, 1968, p. 22-58).

Entretanto, não são somente as regras, em um sentido estrito, que definem um cálculo, um jogo de xadrez ou mesmo um jogo de linguagem. Não são as regras que determinam o que eu tenho de fazer neste ou naquele ponto. Se para realizar um ato eu sigo regras específicas, a regra deve ser parte da minha razão para realizar esse ato, e não a causa de sua realização. As regras devem ser imanentes das práticas e não transcendê-las (BAKER e HACKER, 2005 c, p. 154; STRAWSON, 1968, p. 22-58; CAVELL, 1968, p. 22-34).

Para obedecer a uma regra é preciso ter a pretensão de fazê-lo. Todavia, essa intencionalidade é virtual ou, conforme afirmam Baker e Hacker (2005 c, p. 154), em *Rules Grammar and Necessity*, "they are transparent to agents engaged in these activities (...) and they are transparent to language users". Alguém que segue uma regra não precisa pensar na formulação da regra, ou consultá-la, enquanto realiza um ato específico. Neste caso, basta que seja possível apresentá-la para justificar ou explicar esse ato.

A relação de acordo entre um ato e uma regra é uma relação interna. Por si só a regra não determina quais os acordos e conflitos com o ato praticado. Por outro lado, conhecer a regra é saber quais são as suas possibilidades de acordo ou desacordo com os atos praticados. Devemos levar em conta que regras são padrões de correção. Uma regra não é capaz de descrever, por exemplo, como ou quando falamos alguma coisa, porém elas definem o que é falar com sentido ou corretamente³ (BAKER e HACKER, 2005 c, p. 154-155; MCDOWELL, 2005, p. 38-50; CAVELL, 2005, p. 22-34).

60

³ Vale lembrar que o padrão de correção para Wittgenstein está correlacionado com a freqüência de ocorrências de um evento.

Um problema que persiste a partir da seção 185 das *Investigações* diz respeito ao padrão de correção da regra ser o fator determinante para o padrão de correção de uma aplicação que fazemos da regra. Algumas ações que praticamos, como, por exemplo, recitar os números pares em voz alta, cobre um número ilimitado de seqüências numéricas. Porém, em algum momento posso perfeitamente começar a contar de maneira alternada números pares e ímpares passando, dessa forma, a utilizar uma outra regra. A dificuldade é justamente imaginar que a regra, que é um signo, determine previamente um número ilimitado de passos, conforme demonstramos no exemplo supracitado (CAVELL, 1968, p. 154-165; STRAWSON, 2005, p. 42-43).

Nas seções de 191 a 197, Wittgenstein e, sobremaneira, seu interlocutor exploram a ideia de que uma regra, ao contrário de sua expressão lingüística, é uma entidade abstrata. A regra determina de antemão o que deve ser feito em cada passo do desenvolvimento de uma ação; de certa forma, é como se pudéssemos apreender o emprego da palavra "de um só golpe". Ao que parece, a possibilidade de se apreender o uso de uma palavra "de um só golpe" ou, por outras palavras, "repentinamente", retorna ao problema⁴ que toma essa apreensão repentina como um fenômeno mental determinado (WITTGENSTEIN, 1996, p. 89-92).

Nesta perspectiva, ao apreender o uso de uma palavra, eu não apreendo efetivamente todas as suas possibilidades de aplicação, mas suas potenciais aplicações. É como se na repentina apreensão contivesse a sombra dos diversos usos⁵; é como se tal apreensão fosse uma espécie de trilhos percorridos pelo pensamento e de onde decorrem nossos juízos e ações⁶; é como se a fórmula já apresentasse os resultados possíveis de suas possibilidades de aplicação (WITTGENSTEIN, 1996. p. 90; WITTGENSTEIN, 1989, p. 92; BAKER e HACKER, 2005 c, p. 85).

Mas ainda há pontos obscuros, nessa ideia, aos quais Wittgenstein precisa dedicar maior atenção. Exposto dessa maneira, o problema se esconde por trás de um mistério: como a mente apreenderia essas entidades possíveis? O interlocutor de Wittgenstein que tanto se interessa em

⁴ Embora muitas coisas possam acontecer a alguém que repentinamente compreende um evento, tais ocorrências não são uma garantia de compreensão. O indivíduo pode experenciar de maneira recorrente algumas sensações específicas e não entender nada do que aconteceu. Por outro lado, o indivíduo pode entender o evento inesperadamente e não passar por nenhuma experiência significativa. Nada marcante lhe ocorre e mesmo assim ele compreende.

⁵ Essa idéia está na seção 194 das *Investigações Filosóficas*. Segundo Wittgenstein, "a possibilidade de movimento deve ser, antes de mais nada, como que a sombra do próprio movimento" (1996, p. 90).

⁶ Wittgenstein faz tal analogia no parágrafo 375 do Zettel: "estes são os carris fixos sobre os quais todos os nossos pensamentos corem e, por conseguinte, o nosso juízo e acções decorrem em conformidade com eles" (1989, p. 92). Além dessa passagem, encontramos a comparação presente também na seção 218 das *Investigações Filosóficas*.

defender esse tema, não é capaz de apresentar um modelo explicativo. O próprio filósofo o faz ao falar de uma máquina ideal⁷ e que vemos como um modelo platonista de regras (WITTGENSTEIN, 1996, p. 95; BAKER e HACKER, 2005 c, p. 155-156).

Na seção 197, Wittgenstein reforça o argumento de que apreender uma regra é diferente de ter a intenção de usá-la. Neste ponto, as reflexões do filósofo sobre a apreensão de uma palavra "de um só golpe" não procuram estabelecer que a expressão é desprovida de sentido. O que a expressão não possui é um uso significativo, uma vez que é bastante difícil crer que no ato de apreensão já esteja contido o seu desenvolvimento futuro. O uso de uma palavra é critério para atribuição de compreensão (WITTGENSTEIN, 1996, 95-96; MACHADO, 2007, p. 286- 287).

No artigo "Wittgenstein on rules and platonism", David Finkelstein afirma que esse platonismo, do qual o interlocutor de Wittgenstein parece ser simpatizante, não é simplesmente algo que nos permite entender a regra como uma entidade autônoma que exige esta ou aquela ação. O platonismo, expresso nas já referenciadas seções das *Investigações Filosóficas*, é algo que concorda com a ideia de que há um abismo entre uma regra e sua aplicação. E, ainda, que há entidades estranhas que pairam ou são uma sombra misteriosa capazes de ligar os dois lados do abismo (FILKELSTEIN, 1968, p. 78; WITTGENSTEIN, 1996, p. 95; BAKER e HACKER, 2005 c, p. 65-66).

Na seção 454 das *Investigações*, Wittgenstein faz alusão a uma seta, em outras palavras, um signo, e da nossa tendência em considerá-la um sinal morto escrito em uma folha em branco ou normativamente inerte. Mas é preciso ter sempre em mente que esta marca ou signo adquire vida nas atividades humanas. Diante da ideia de palavras tomadas como sons ou marcas mortas sobre um papel, uma visão platonista acaba por não imaginá-las relacionadas com nossas práticas cotidianas. Também não são capazes de reconhecer a influência que exercem em nossas práticas, bem como da influência que o meio externo exerce sobre elas. Segundo David H. Finkelstein (2005, p. 67):

⁷ A referência acontece na seção 192 das *Investigações Filosóficas* e é um ótimo exemplo para ilustrar a idéia de que quando apreendo um significado de uma palavra eu o faço "repentinamente". Se a apreensão dessa palavra acontece "de um só golpe", realizamos um ato mental que contém a sombra (§ 194) do uso correto da palavra. A regra é uma espécie de "modelo" que nos inspira a realizá-la quando quero seguir uma regra. Além do mais, a máquina que Wittgenstein menciona na seção 194 parece conter todos os seus possíveis movimentos e, conforme a configuração que lhe dão, essa máquina fará tais e tais movimentos. Esses movimentos são, de maneira determinada, todos os seus movimentos possíveis.

The platonist is someone who – seeing the arrow as dead – supposes that it manages to point thanks to some "psychical thing" associated with it. This account of how the arrow points looks spooky even to the platonist himself. In viewing our words as dead noises and marks, the platonist imagines them divorced from the practices in which they participate and the states of mind that they express.

Diante da perspectiva platonista, palavras e práticas humanas parecem estar desvinculadas de tudo. E esta ideia é bastante estranha à segunda filosofia de Wittgenstein. Outro ponto combatido é o de que a ligação entre compreensão de uma regra e atividades que decorrem desse aprendizado tenha alguma natureza estranha ou simplesmente mágica. Wittgenstein não nega que quando apreendo uma regra, os passos que eu tenho que trilhar no desenvolvimento da atividade estão, em algum sentido, presentes na mente do indivíduo. O problema é que os platonistas justificam esses passos com algo sobre o qual não se pode ter uma ideia significativa (FINKELSTEIN, 2005, p. 65-66).

O caso é que, para Wittgenstein, uma regra não pode existir se não há um contexto, pessoas e uma prática que torne justificável obedecê-las ou transgredi-las. Todas as relações internas são produzidas por nossas atividades normativas, uma vez que aprendemos, ensinamos, criticamos e justificamos ações a partir dessas regras. Sabemos, em geral, o que quer dizer seguir uma regra porque aprendemos a fazê-lo; fomos treinados para seguir regras e esse aprendizado segue um procedimento muito especial. Tudo isso me possibilita compartilhar uma linguagem com outras pessoas. Aliás, para aprender uma linguagem é essencial que se aprenda de antemão o que quer dizer seguir uma regra (BAKER e HACKER, 2005 c, p. 158; MACHADO, 2007, p. 304; FINKELSTEIN, 2005, p. 65-6).

O "mito platonista" de seguimento de uma regra depende da estranha concepção de que a regra é um mecanismo que, inexoravelmente, gera consequências independentemente de intervenções humanas. É como o exemplo oferecido por Wittgenstein na seção 187, no qual o aprendiz conta uma série "+ 2" até 1000 e, a partir de um certo ponto, passa a considerar o critério "+ 4": até que ponto o aprendiz interpretou corretamente a regra? (WITTGENSTEIN, 1996, p. 96; FINKELSTEIN, 2005, p. 65-66).

Na verdade, o "mito platonista" de seguimento de uma regra é um equívoco. Isto porque toda formulação de uma regra pode ser variavelmente interpretada e cada interpretação produz diferentes opiniões sobre o que é correto ou incorreto fazer. Os diferentes resultados que encontro

a partir daí e o padrão de correção que aplico a eles – critério de certo ou errado – devem ser considerados na medida em que haja um uso constante, um hábito (WITTGENSTEIN, 1996, p. 92; CAVELL, 2005, p. 21-37; MCDOWELL, 2005, p. 40-3).

Uma interpretação sozinha não determina o significado da regra. A regra é aquilo que interpretamos ou que reformulamos à medida que compreendemos a expressão dessa regra. Essa reformulação pode se dar por sinais físicos como a fala ou a escrita, por exemplo, ou em sinais mentais. Conforme atesta na seção 198⁸, cada interpretação, juntamente com o interpretado, "paira no ar" (WITTGENSTEIN, 1995, p. 92).

Além do mais, se ambos estão na mesma situação, a interpretação não pode servir de apoio ao interpretado porque são símbolos. Fornecer sentido a uma expressão que alguém profere não é, necessariamente, interpretá-la. A expressão de uma regra não consegue determinar o que deve ser feito em cada passo da aplicação de uma regra. Uma interpretação por si só não determina toda uma significação (BAKER e HACKER, 2005 c, p. 82; MACHADO, 2007, p. 295; WITTGENSTEIN, 1996, p. 92).

Uma regra pode apontar em uma direção e não há nenhuma imposição lógica para que sigamos uma regra em detrimento de outra. A regra não me conduz incondicionalmente por um caminho: durante a trajetória poderá ocorrer alguma alteração. E se ocorrem tais alterações, eu simplesmente passo a jogar um outro jogo, com outras regras orientadoras. Que de fato estejamos mais freqüentemente de acordo em seguir tal ou tal regra não decorre, portanto, de nosso acordo quanto a uma certa concepção do que devemos fazer (BAKER e HACKER, 2005 c, p. 82-84; WITTGENSTEIN, 1996, p. 92-93).

Uma regra não existe para ser aplicada em uma única ocasião e por um só indivíduo que dela faça uso. Conforme afirma na seção 568⁹ do *Zettel*, no aprendizado de nossa vida, vemos as regras reaparecerem com variações. Um conceito, bem como uma regra, não existe para ser empregado apenas uma vez. O seguimento da regra é muito mais dependente daquilo que somos capazes de fazer do que de como essa capacidade foi adquirida. Por fim, o que o filósofo sugere é

64

⁸ No início da seção 198, Wittgenstein pergunta: "como pode uma regra ensinar-me o que fazer neste momento? Seja o que for que faça, deverá estar em conformidade com a regra por meio de uma interpretação qualquer. – Não, não deveria ser deste modo, mas sim deste: cada interpretação, juntamente com o interpretado, paira no ar; ela não pode servir de apoio a este. As interpretações não determinam sozinhas a significação" (1996, p. 92)

⁹ Na referida seção, Wittgenstein nos diz que "se a vida fosse um tapete, este desenho (simulação, digamos) não está sempre completo e é variado de muitos modos. Mas nós, no nosso mundo conceitual, vemos sempre o mesmo a reaparecer com variações. É assim que os nossos conceitos o apreendem. Pois os conceitos não são para ser empregues só uma vez".

que a atividade de seguir uma regra é uma iniciativa tipicamente social (WITTGENSTEIN, 1989, p. 129; CAVELL, 1968, p. 161-165; HACKER, 1989, p. 132).

Na seção 202 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein, de fato, observa que o seguimento de uma regra é uma prática e achar que alguém está seguindo uma regra é distinto de segui-la. Seguir uma regra não é algo que um único homem possa fazer uma vez na vida. Em linhas gerais, o que se depreende de tudo isso é que Wittgenstein conectou o conceito de significado com uso de uma expressão e, ainda, com a explanação de seu significado (WITTGENSTEIN, 1996, p. 93; BAKER e HACKER, 2005 c, p. 90; HACKER, 1989, p. 249).

Uma palavra só possui significado ou sentido se possuir um uso regular. Aliás, a existência de regras que orientam os usos já pressupõe uma normatividade, uma repetição. Para tanto, podemos abordar idéia de regularidade desenvolvida: o verdadeiro é aquilo que acontece com regularidade ou, por outras palavras, na maioria das vezes em que uso o termo. O uso incorreto deve ser a exceção, o falso ou desprovido de sentido. Dessa forma, há uma relação de dependência entre o significado ou o sentido com a verdade ou uso regular que fazemos dos termos (MACHADO, 2007, p. 311; WITTGENSTEIN, 1996, p. 94).

O uso que fazemos de sentenças quando nos comunicamos com outras pessoas, bem como a resposta que damos quando somos questionados, manifestam como compreendemos o que nos foi dito ou questionado. Falar, neste sentido, é muito parecido com a atividade de jogar um jogo onde usamos as palavras e frases de acordo com regras específicas. Usar sentenças servindo aos vários objetivos dentro de um discurso consiste em efetuar e reagir a movimentos dentro do jogo de linguagem; é produzir e responder declarações de sentenças (WITTGENSTEIN, 1996, p. 95).

E para usar essas sentenças é preciso que eu domine uma técnica. Os conceitos de uso e entendimento de uma palavra novamente se encontram, já que entender uma palavra é saber usála corretamente. Se eu domino o uso de uma palavra eu a utilizo com regularidade, que nesse caso é um critério de correção (*Ibidem*, 1996, p. 42).

Ao que nos parece, a estratégia de Wittgenstein para desfazer tais confusões sobre o conceito de significado e entendimento foi o de investir na ideia de seguimento de regra. Ele notou que explicações de significado são empregadas de forma padrão na tentativa de determinar se palavras são usadas correta ou incorretamente. Tais explicações funcionam em nossa prática

-

¹⁰ A idéia de regularidade é abordada por Wittgenstein nas seções 207 e 208 das *Investigações Filosóficas*.

cotidiana como regras para o uso de expressões. Além disso, se alguém entende uma palavra ou sabe o que ela quer dizer deve ter também a habilidade de dar uma explanação sobre o seu significado, justificar o uso que faz da palavra e corrigir eventuais erros (BAKER e HACKER, 2005 c, p. 85; MACHADO, 2007, p. 285; HACKER, 1989, p. 249).

Esse é o melhor exemplo de que a guerra que Wittgenstein fez às representações mágicas, engendradas por nossa linguagem, está ligada à natureza da relação existente entre a regra e sua aplicação, entre o significado de uma palavra e suas aplicações concretas, entre saber jogar xadrez e os lances reais efetuados em uma partida. Atribuir um caráter mecânico à relação entre a regra e suas aplicações, entre a significação de uma palavra e seu uso efetivo, só pode conduzir a mal-entendidos (WITTGENSTEIN, 1992 a, p. 30-5; WITTGENSTEIN, 2003 a, p. 48-9).

Nessa perspectiva, Wittgenstein afirma que a significação (ou as regras) por um lado, e o uso (as possibilidades de sua aplicação) por outro, estão ligadas internamente. Não é possível pensar em uma sem a outra porque uma se superpõe a outra, formando uma conexão que reside na necessidade gramatical da linguagem. Essa conexão é bastante sólida e não tem nada de "mágica", segundo afirma o autor na seção 142 das *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1996, p. 72; GLOCK, 1998, p. 359; MCDOWELL, 2005, p. 38).

Em suma, a palavra que possui um significado deve ser usada de acordo com as regras gramaticais em uma certa linguagem. É preciso deixar para trás a perspectiva de que uma palavra deve ter sempre o seu correspondente no mundo. Essa nova proposta impõe que toda palavra, ou outro signo qualquer, deve pertencer a um sistema. A relação entre aquele que emite a palavra ou signo é de comprometimento quanto ao seu uso. É o compromisso do usuário que garante o uso com sentido da palavra dentro de qualquer sistema lingüístico (WITTGENSTEIN, 1996, p. 72; BAKER e HACKER, 2005 b, p. 356).

O uso da linguagem, bem como o seu aprendizado não se dá por regras rigorosas. Comparar linguagem a um cálculo que obedece a regras exatas é, além de uma consideração parcial da linguagem, uma incoerência com as práticas humanas de expressão da linguagem. Na maioria das vezes, o indivíduo que utiliza a linguagem não pensa nas regras de seu uso; não é capaz de enumerá-las ou circunscrever os seus conceitos no momento em que as utiliza, se assim lhe for pedido, entretanto ele as utiliza. É como se a regra fizesse parte dele e se estendesse às suas ações (WITTGENSTEIN, 1992 a, p. 58; BAKER e HACKER, 2005 b, p. 356-7).

As regras na linguagem não são utilizadas de maneira rigorosa e sempre consciente. Não usamos em nossa linguagem cotidiana o critério de obedecer a regras exatas: isso acontece na ciência e na matemática. Os problemas da filosofia surgem justamente pelo uso equivocado que fazemos de nossa linguagem, como se filosofar fosse seguir o padrão exato da matemática (WITTGENSTEIN, 1992 a, p. 59).

A regra não é uma fórmula mágica que nos mantém em estado de encantamento, a ponto de nos fazer aplicá-la mecanicamente em cada caso em uma relação em que ficamos completamente submissos diante de sua força. De certa forma, uma saída para a questão consiste em considerar que a regra, ou a significação, de um lado, e o uso, ou os casos de aplicação, por outro, estão em conexão interna na qual não é possível pensá-los de forma isolada (BAKER e HACKER, 2005 c, p. 86-7; MACHADO, 2007, p. 285).

Todavia, é preciso considerar a teoria com prudência: essa conexão interna pode levar mais uma vez à equivocada crença de que a significação contém, antecipadamente, todos os usos da palavra e que a regra contém *a priori* todas as suas possibilidades de aplicações. E essa, sem dúvida, não é a solução que nos satisfaça devido aos mal-entendidos que, como visto no item 1.2 deste trabalho, tal noção pode causar (BAKER e HACKER, 2005 c, p. 87).

Mas como devemos nos posicionar face ao problema da aplicação de uma regra? A posição tomada por Wittgenstein é a de que a aplicação de uma regra, a compreensão de uma significação ou de uma linguagem depende de uma capacidade ou de uma criação normativa. Em outras palavras, depende de uma necessidade gramatical. A pretensa obediência à regra é criação nossa – uma decisão normativa. O caso é que frente à possibilidade de ter que ligar regras e suas aplicações por intermédio de uma conexão mágica, Wittgenstein preferiu não fazer qualquer ligação entre elas. Mas isso, a nosso ver, não é totalmente isento de "magia" e "mistério".

3 Considerações finais

Um traço excepcional na segunda filosofia de Wittgenstein é o de que a linguagem representa um instrumento com funções extremamente diversificadas. O próprio uso que fazemos das palavras é também aprendizagem, conforme procuramos expor no decorrer deste artigo. E este é um dos grandes problemas, já que o fato de uma palavra poder ser usada com tantos sentidos, em tão diversas situações, nos confunde quanto ao significado e aplicação que podem

ter. Nesta linha de raciocínio, é importante ter em conta que as palavras que parecem possuir apenas um sentido complexo podem ter mais do que um uso possível. Assim, saber quais são esses usos é conhecer o sentido das palavras

Dessa forma, reforçamos que as noções de "uso" e "seguimento de regras", além de termos emblemáticos na sua segunda filosofia devido a sua generalidade, dizem pouco ao estudioso do pensamento de Wittgenstein. O próprio significado dos termos varia bastante de acordo com o contexto. É possível que se diga quando uma palavra é usada ou quando seu uso é apropriado, mas nada sobre o seu significado: se disser que uma palavra foi usada eficazmente ou positivamente, não implica que estou falando sobre o seu significado, mas sim que no contexto de um jogo de linguagem ela faz sentido. Em suma, a conexão entre significado e uso não tem uma relação tão estreita e obvia como se poderia considerar.

Uma coisa que imediatamente se pronuncia de uma leitura mais atenta dos textos de sua segunda filosofia é que seus conceitos são vagos ou metafóricos, ou ambos. A noção de "cálculo" e "jogo" são metafóricas; a ideia de "uso" e "formas de vida" são pouco específicas. Talvez haja intencionalidade por parte de Wittgenstein, na tentativa de evitar a teorização sistemática e insistir, em vez disso, na variedade da linguagem.

Sobre esse traço característico do filósofo, acrescentamos, ainda, que termos como "usos" e "regras" são termos parcialmente emprestados de nossa linguagem comum, mas que no pensamento de Wittgenstein assumem novos contornos. Dizemos isso porque o termos como "usos" e o "seguimento de regras", que aparecem freqüentemente em seus escritos pós 1930, têm um papel bastante peculiar no contexto de sua filosofia. O "seguimento de uma regra", por exemplo, dentro das *Investigações*, e o "seguimento de uma regra" nas nossas ações cotidianas não são práticas similares, mas aproximadas.

Um dos aspectos marcantes com o qual nos deparamos durante a exploração dos conceitos apresentados nesta pesquisa é que, para o segundo Wittgenstein, é preciso considerar a linguagem em seu funcionamento interno, sem uma referência obrigatória e privilegiada aos fatos, ainda que de uma maneira puramente formal; é preciso fazer uma análise profunda da gramática da nossa linguagem e não mais uma análise de superfície, que só fornece as regras formais que contribuem no encadeamento e na construção de proposições. Aquela que aqui se chama gramática profunda fornece as regras do uso que fazemos das palavras e dos enunciados, enquanto estão inseridos no interior de uma linguagem.

Percebemos, a partir da leitura dos textos, sobremaneira das *Investigações Filosóficas*, que designar objetos é uma parte importante da linguagem, mas ela não se reduz a isso. Nesse sentido, o aprendizado de uma língua não pode ser visto apenas como mero aprendizado da designação de objetos isolados. O caso é que quando uma criança aprende a sua língua materna, ela aprende junto com a linguagem uma determinada forma de vida.

Conforme nosso entendimento, Wittgenstein insiste em dizer que a linguagem não tem uma única essência que pode ser desenterrada em termos de uma teoria unitária. E essa insistência parece ser estimulada no andamento das seções das *Investigações*, justamente porque para entender o funcionamento da linguagem devemos primeiro reconhecer sua variedade, multiplicidade e o uso que se pode fazer dela em um ou outro dos vários jogos de linguagem que constituem a nossa prática lingüística.

A abordagem nos remete ao argumento de que não podemos tentar codificar uma língua dentro de um conjunto de regras mais ou menos simples. Para Wittgenstein, a linguagem não é limitada por regras em um sentido estrito, mas sim pelo que cada um considera certo ou errado. Ora, é justamente essa flexibilidade das aplicações de regras que permite à linguagem ser muito mais do que um mero instrumento pelo qual o sujeito anuncia coisas sobre o mundo e sobre si mesmo. Sobremaneira na segunda filosofia de Wittgenstein, o próprio sujeito vai se construir através das palavras.

A linguagem não é uma coisa morta, em que cada palavra representa algo definitivamente. Ela é uma atividade humana, situada cultural e historicamente. A inovadora ideia de jogos de linguagem tem um papel fundamental na ruptura com a visão tradicional de que aprender uma língua é dar nomes aos objetos. Nossos jogos de linguagem estão imersos em nossa forma de vida, as práticas gerais de uma comunidade lingüística. Outra ênfase que percebemos de forma crescente é na ideia de que nossos jogos de linguagem não são passíveis de justificação, pois estão, a priori, arraigados a nossas reações e atividades mais corriqueiras.

Por fim, as múltiplas possibilidades e o dinamismo da filosofia posterior de Wittgenstein envolvem aspectos como o ato de seguir uma regra, que faz parte de uma prática, bem como o modo de uso de nossas expressões em nossas práticas cotidianas. Fazer uso de uma expressão é engajá-la em algum jogo de linguagem, cuja estrutura é dada por um grupo de regras. Os inúmeros e diferentes usos que fazemos da linguagem recebem conteúdo e significado dos

indivíduos e seus afazeres práticos, de suas relações interpessoais e com o mundo em que habitam e participam como parte de uma forma de vida.

4 Referências

BAKER, G. P.; HACKER P. M. S. Wittgenstein: understanding and meaning (part I of an analitical comentary on the philosophical investigations). 2. ed. Oxford: Blackwell publishing, 2005 a.

______. Wittgenstein: understandin and meaning (part II: exegesis §§ 1-184). 2. ed. Oxford: Blackwell publishing, 2005 b.

______. Wittgenstein: rules, grammar and necessity (par II of an analitical comentary on the philosophical investigations). 2. ed. Oxford: Blackwell publishing, 2005 c.

CAVELL, Stanley. Excursus on Wittgenstein's vision of language. In: CRARY, Alice; READ, Rupert (ed.). The new Wittgenstein. London and New York: Routledge, 2005.

_____. The avaitability of Wittgenstein's later philosophy. In: PITCHER, G. (ed.).

Wittgenstein: the philosophical investigation. Notre Dame: University of Notre Dame, 1968.

FINKELSTEIN, David H. Wittgenstein on rules and platonism. In: CRARY, Alice; READ, Rupert (ed.). **The new Wittgenstein**. London and New York: Routledge, 2005.

HACKER, P. M. S. Insight and illusion. 4. ed. Oxford: Clarendon Press, 1989.

MACHADO, Alexandre N. **Lógica e forma de vida**: Wittgenstein e a natureza da necessidade lógica e da filosofia. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

MALCOLM, Norman. Wittgenstein's philosophical investigations. In: PITCHER, G. (ed). **Wittgenstein**: the philosophical investigation. Notre Dame: University of Notre Dame, 1968.

MCDOWELL, John. Non-cognitivism and rule-following. In: CRARY, Alice; READ, Rupert (ed.). **The new Wittgenstein**. London and New York: Routledge, 2005.

MOORE, G. E. Wittgenstein's lectures in 1930-33. In: **Philosophical occasions**. Indianapolis e Cambridge. Hackett publishing company, 1993.

QUINTON. A. M. Exerpt from "Contemporary British Philosophy". In: PITCHER, G. (ed). **Wittgenstein**: the philosophical investigation. Notre Dame: University of Notre Dame, 1968.

STRAWSON, P. F. Review of Philosophical Investigations. In: PITCHER, G. (ed). **Wittgenstein**: the philosophical investigation. Notre Dame: University of Notre Dame, 1968.

WITTGENSTEIN, L. Da certeza . Lisboa: Edições 70, 2000.
Gramática filosófica . São Paulo: Edições Loyola, 2003 a.
Investigações filosóficas . São Paulo: Abril editora, 1996. (Coleção os pensadores).
Observações filosóficas . São Paulo: Edições Loyola, 2003 b.
O livro azul. Lisboa: Edições 70, 1992 a.
O livro marrom. Lisboa: Edições 70, 1992 b.
Zettel . Lisboa: Edições 70, 1989.
Cause and effect: Intuitive awareness. In: Philosophical occasions . Indianapolis and Cambridge. Hackett publishing company, 1993.
Philosophy. In: Philosophical occasions . Indianapolis and Cambridge. Hackett publishing company, 1993.
Some remarks on logical form. In: COPI, I.; BEARD, R. W. Essays on Wittgenstein's "Tractatus". London, Routledge & Kegan Paul, 1966.
The big typescript . Oxford: Claredom Press, 1979.
Tractatus lógico-philosophicus . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 1994.

Texto recebido em 15/06/09 Aprovado em 01/09/09